

"As eleições não podem ser adiadas"

O embaixador da OLP na ONU afirma que a implementação dos compromissos assumidos nos acordos de paz é, sem dúvida, um requisito para conter os grupos extremistas

Beatriz Bissio

O momento que se vive nos territórios administrados pela Autoridade Palestina (governo autônomo) é delicado. E o imobilismo está afetando o próprio Yasser Arafat. No entanto, o povo palestino ainda acredita que a paz é possível e os compromissos assumidos por Israel serão respeitados. Mas o tempo está correndo contra e paciência tem limite.

Esta é, na essência, a análise da conjuntura política em Jericó e Gaza do Observador Permanente da Organização de Libertação da Palestina (OLP) perante as Nações Unidas, Nasser Al Kidua, cargo que ocupa há quatro anos e que tem o status de embaixador na ONU. Por isso mesmo, pode ser considerado um exemplo da ascensão de uma nova geração aos mais altos cargos de direção da resistência palestina.

Com pouco mais de 40 anos, Al Kidua não é um novato na diplomacia palestina. Teve como "mestre" uma das legendárias figuras da OLP, Zehdi Terzi, que pertence à mesma geração de Yasser Arafat, e foi um dos fundadores da organização que reúne todos os grupos palestinos.

Nasser Al Kidua foi, segundo suas próprias palavras, o "nº 2" de Terzi em Nova Iorque durante quatro anos, preparando-se para dar continuidade ao trabalho de seu antecessor. Como acontece com a maioria dos quadros da OLP, ele também alternou seu trabalho político entre Beirute, Túnis e outras capitais árabes nas quais a resistência palestina foi obrigada a dispersar suas

forças. Foi membro do Conselho Nacional Palestino (PNC), o Parlamento no exílio, integrou temporariamente o Conselho Central da OLP e pertenceu ao Conselho Revolucionário da Al Fatah, o grupo de Arafat, que é majoritário dentro da coalizão.

Presente no Rio de Janeiro na reunião promovida pela ONU para avaliar o apoio da América Latina ao processo de construção do Estado palestino, Nasser Al Kidua concedeu com exclusividade a **cadernos do terceiro mundo** da seguinte entrevista:

Como avalia o papel da comunidade internacional na implementação dos acordos de paz entre Israel e a OLP?



Al Kidua: "Os recursos não chegaram"

— A comunidade internacional deve desempenhar um papel mais ativo do que teve até agora. Esse apoio deve vir, em primeiro lugar, das Nações Unidas. Acreditamos que a ONU tem uma responsabilidade permanente em relação à questão palestina não só no processo de paz que se encontra interrompido — o qual deve acompanhar até que esteja completamente implementado —, como também no que se refere à questão mais ampla do status permanente do povo palestino. Nesse sentido, a ONU tem o compromisso de ajudar para que a questão se resolva de forma definitiva, com o assentamento de nosso povo em um Estado independente.

Este é um nível de responsabilidade, mas há um segundo. A comunidade internacional, representada pelos patrocinadores do processo de paz — os Estados Unidos e a Rússia —, tem um papel a desempenhar para fazer com que seja retomado o processo de paz. A situação exige um papel mais ativo, em especial dos Estados Unidos.

Mas há um terceiro nível de participação: a contribuição da comunidade internacional na viabilização da autonomia palestina, através do apoio econômico dos doadores. Quem são esses doadores? São todos os países em condições de ajudar financeiramente o povo palestino. Mas nós usamos a palavra "doadores" em seu sentido mais amplo, que inclui também os países que estão em condições de nos ajudar não com recursos econômicos, mas, por exemplo, nos oferecendo treinamento de recursos humanos, bolsas de estudo, etc.

Esses são os três níveis nos quais

deveria se manifestar a comunidade internacional. Esperamos que seu papel seja mais dinâmico no futuro.

Várias reuniões foram realizadas para avaliar, do ponto de vista econômico, o potencial dos territórios palestinos. E mais: chegou a ser realizada uma reunião com grandes investidores para estudar as perspectivas econômicas de toda a região do Oriente Médio, uma vez superada a guerra. Nenhuma permitiu realizar avanços concretos?

— Houve muitas reuniões com os doadores, mas é um fato incontestável que até agora a maior parte da ajuda prometida não tenha chegado às nossas mãos. E para exemplificar com números, posso dizer que os doadores se comprometeram a dar mais de US\$ 700 milhões em 1994 e, de acordo com dados do Banco Mundial, apenas US\$ 250 milhões foram efetivamente doados.

Mas, ainda assim, essa não é uma cifra confiável, porque engloba tudo: desde o dinheiro das agências da ONU a recursos dos países doadores, incluindo capital que foi gasto pela burocracia desses países para financiar estudos de viabilidade de projetos e dinheiro usado em viagens. Ou seja, de concreto, é muito pouco o que efetivamente chegou aos territórios controlados por nós.

Como romper esse bloqueio?

— Precisamos implementar rapidamente todos os compromissos dos doadores e questionar os mecanismos normalmente utilizados pela ajuda internacional. Nós, os palestinos, somos um caso especial: estamos tentando construir uma sociedade e um Estado depois de 25 anos de dominação durante os quais a potência que o ocupava destruiu virtualmente toda a infraestrutura do território. Num caso especial, necessita-se de mecanismos também especiais. Não podemos aplicar as regras e regulamentos tradicionais; não é uma forma de enfrentar seriamente o problema.

Poderia se dizer que o caso palestino é semelhante ao da Namí-

bia, país no qual a ONU teve que implementar todo o processo de independência?

— O caso palestino é diferente. Na Namíbia não houve, por parte dos sul-africanos que ocuparam o país, a intenção de destruir a economia, como ocorreu no caso dos nossos territórios.

Além disso, de fato, a ONU já estabeleceu mecanismos através dos quais pode coordenar a ajuda prestada ao povo palestino através de suas agências. Existe agora um coordenador especial — com o cargo de secretário geral adjunto — exercendo essa tarefa em relação a toda a ajuda aos territórios ocupados. Certamente, esta é uma atitude muito positiva da ONU. Mas se são estabelecidos mecanismos para canali-

ras que estariam passando certos países da área. Quando falamos das responsabilidades coletivas dos árabes em relação ao povo palestino, temos que entender as novas realidades, inclusive o quadro de dificuldades financeiras dos países da área.

Israel justifica o estancamento das negociações de paz alegando que a negociação está sendo inviabilizada pela ação dos extremistas palestinos. As ações terroristas, de fato, estão comprometendo o futuro dos acordos?

— Devemos analisar corretamente as relações atuais entre os palestinos e os israelenses. O governo israelense não tem assumido como deveria a res-



Os palestinos querem a paz, porém desejam, também, melhorar a sua situação econômica

zar a ajuda, e o dinheiro não aparece, não se avança...

E quanto ao apoio árabe?

— Os árabes, de uma vez por todas, têm que assumir sua responsabilidade em relação à causa palestina. Tampouco eles estão fazendo tudo o que deveriam. Mas, francamente, neste caso temos que entender a nova situação regional.

A que emergiu depois da Guerra do Golfo?

— Sim. O dinheiro “extra” que existia nos países árabes no passado, não existe mais. Esta foi uma das conseqüências da guerra. O esforço de guerra consumiu esse dinheiro “extra”. Mais que isso: já se fala de dificuldades financeiras

responsabilidade de pôr em prática a Declaração de Princípios e o primeiro acordo de implementação da paz entre as duas partes, particularmente o acordo sobre Gaza e Jericó.

Não é preciso ser um gênio para ver que a responsabilidade do estancamento dos acordos recai sobre os homens do governo de Israel. Essa situação ficou clara muito antes dos atentados. O primeiro-ministro de Israel foi o primeiro a afirmar que “não existe nenhuma data sagrada”, revelando que não se sentia responsável pelo respeito à letra dos acordos. Posteriormente, usou o pretexto da falta de recursos para justificar a não-transferência do poder à Autoridade Palestina no restante da Cisjordânia.



A instalação de Arafat em Jericó gerou expectativas que não ainda foram satisfeitas

O sr. acredita que essa atitude de Israel de dilatar os prazos se deve à correlação de forças entre o Partido Trabalhista e as correntes mais direitistas do governo de Israel?

– Francamente, não estou certo de que essa seja a razão, mas é uma possibilidade; a correlação interna de forças pode não favorecer a paz. A situação dentro do Partido Trabalhista pode ser uma das razões. Até a personalidade do próprio Yitzhak Rabin possa ser uma das razões. Não posso julgar as causas, mas o comportamento objetivo é esse.

O que sei é que – não como resultado desta atitude do governo de Israel, mas sim ajudadas por essa falta de compromisso com os acordos – as forças extremistas palestinas encontraram um clima propício para levar adiante seus atos violentos. A atitude do governo de Israel ajudou os extremistas que nunca apoiaram as negociações a justificar o uso da violência.

E qual é a posição da Autoridade de Palestina a respeito?

– Definitivamente não somos a favor deste tipo de ação, às quais não hesitamos em qualificar de criminosas. Desde a assinatura do acordo entre as duas partes, estabelecendo que as divergências se resolveriam de forma pacífica, começou para nós uma nova era nas relações com Israel, e condenamos toda a ação armada.

Desde então, estamos lutando com todas as nossas forças para acabar com a violência e garantir a vigência da lei. Uma das nossas responsabilidades é construir uma sociedade democrática.

Visto de fora, tem-se a impressão de que a Autoridade Palestina não dispõe de condições objetivas para enfrentar esses grupos extremistas, muito bem armados e treinados. A Polícia Palestina não tem os mesmos meios...

– É verdade que a Polícia Palestina não está treinada ou possui o equipamento necessário para lidar com essas situações. Mas isso não tem impedido que fizesse de tudo para enfrentar as ações terroristas no contexto legal existente e sem comprometer os passos que estão sendo dados para construir nos territórios que estão sob o nosso controle uma sociedade democrática.

De forma sucinta, poderíamos dizer que estamos absolutamente preparados para aceitar a convivência democrática com as forças contrárias a nossos pontos de vista – contrárias inclusive aos acordos firmados com Israel. Mas, não estamos hesitando em combater os que, discordando da orientação da Autoridade Palestina, fazem uso ilegal das armas para tentar impor seus pontos de vista.

Os fatos mostram que o presidente Arafat vive uma situação difícil. Seu regresso a Gaza e Cisjordânia gerou uma enorme expectativa no povo palestino, mas, à medida que os acordos continuam a ser implementados, sua liderança sofre um grande desgaste e sua credibilidade começa a ser afetada...

– A situação, sem dúvida, é difícil. No terreno político estamos atravessando uma situação complexa, já que a implementação dos acordos não está

percorrendo o caminho que se previa, os compromissos não estão sendo cumpridos e a assistência financeira prometida pelos doadores não chegou. Tudo isso se reflete em nosso governo e no próprio Arafat.

No entanto, não tenho nenhuma dúvida de que a maioria esmagadora do povo palestino continua confiando nos acordos de paz e apoiando com entusiasmo a Autoridade Palestina, e, naturalmente, o presidente Yasser Arafat.

A complexidade do momento exige a profunda convicção do povo palestino de que a única solução é a conquista da paz. Mas, exige, também, que alguma resposta seja dada às reivindicações desse povo por uma melhoria em seu nível de vida. Não existem soluções mágicas. A saída é clara: se devem dar passos concretos, de acordo com o estabelecido pelos acordos de paz, especialmente a retirada das forças israelenses e a realização de eleições. Estas medidas de cunho político devem ser acompanhadas de outras, que permitam ao povo palestino melhorar a sua qualidade de vida. Isso poderia ser conseguido através da ajuda prometida pelos doadores.

Quando o sr. acredita que serão, finalmente, realizadas as eleições?

– Não só acredito, como também penso que é imperativo que as eleições se realizem este ano, no mais tardar até meados deste ano. Já houve mais atrasos do que seria aceitável. Temo que, com o aumento das dificuldades, nosso povo chegará a um ponto em que terá que optar: ou continua apostando no processo de paz, ou não. Se as eleições não se realizarem este ano, estaremos diante de uma situação totalmente nova. Mas espero que se realizem este ano e que a América Latina comemore este fato junto conosco.

Foi importante o apoio político da América Latina à causa palestina?

– Claro. Particularmente, quero agradecer o governo brasileiro pelas posições que vem defendendo, inclusive o voto nas Nações Unidas. É a mesma posição que assumiram quase todos os países da América Latina e do Caribe, com algumas exceções, como a Argentina. Mas a maioria esmagadora foi sempre muito solidária com a nossa causa. ■